

**ATA DA SEXTA REUNIÃO MENSAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO  
AMBIENTE DE AMPARO – SP (CMMA)**

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, teve início às 18h, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Amparo – SP (CMMA), no qual ocorreu de forma online.

A reunião aconteceu com a presença de membros titulares e suplentes nomeados, para o ano de 2021 a 2023: Raquel Aparecida Negri Marcheto (Associação Comercial de Amparo); Waldir Carmine Pisciotano (Casa da Agricultura); Gilberto Moreira Piassa Filho (Secretaria Municipal de Meio Ambiente); Heloísa Baldasso (Secretaria Municipal de Meio Ambiente); Agda Roberta Farias Frare (OAB); Guaraci Maria Diniz Junior (GAEA); Luanna Raito Rolim (Secretaria Municipal de Saúde); Beatriz Helena Battoni Brioschi (Secretaria Municipal de Educação) e os convidados: Rodrigo e Barbara (CR AMBIENTAL); Rodrigo Marchi (Frutificar Consultoria Agronômica); Helena Leite; Francisco Corsetti.

Agda inicia a reunião falando sobre a Cavalcada no qual aconteceu no final de semana no dia 10 de abril de 2022, a mesma informa que esse evento aconteceu de forma inadequada, podendo ser considerado até como maus tratos, pois não havia os recursos necessários no qual está ocorrência exige. Essas festividades devem ser passadas para o Conselho Municipal de Meio Ambiente para aprovação.

Logo após, Agda solicita que os convidados se apresentem na reunião, e comenta que a presença deles é muito importante para contribuírem com seus conhecimentos técnicos para elaboração da Lei de Política Municipal de Meio Ambiente. Desta forma, a mesma compartilha a tela da lei para todos verem.

Guaraci comenta sobre o Plano Diretor, as macrozonas, código florestal e informa que esses assuntos são de mera importância e devem ser incluídos na elaboração da Lei também.

Gilberto informa que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, está realizando junto com a Copaíba, o Termo de Adesão para o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA, no qual será construída de forma participativa e aprovada no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente, como também está realizando um projeto junto com a Agência das Bacias PCJ referente ao Plano Municipal de Saneamento Rural de Amparo.

Guaraci questiona se esses planos irão passar pelo Conselho, pois os mesmos precisam de aprovação e Gilberto informa que sim. Guaraci também informa que está acontecendo muitas consequências negativas no Município, como a destruição de vegetação, escassez de água, novos empreendimentos sendo construídos, esses pontos citados é devido a falta de fiscalização no qual precisa mudar urgentemente.

Rodrigo Marchi da empresa Frutificar explica que, as leis são muito subjetivas e por este motivo, a maior parte dos profissionais acabam focando nesse ponto e esquecem que as ações são mais importantes.





Rodrigo da empresa CR Ambiental, informa que, existem muitos documentos incompatíveis que a Prefeitura emite e que precisam ser reavaliados por eles, antes de encaminhar para a CETESB, essa falta de comunicação entre o órgão público e as Empresas privadas acabam atrasando o procedimento.

Guaraci informa que, há muitas ferramentas gratuitas disponibilizadas na internet e que podem ser bem aproveitadas.

Agda esclarece que esses pontos citados são de mera importância e que a ajuda deles é fundamental na Elaboração da Lei.

Barbara da empresa CR Ambiental, confirma que, esses conflitos entre a Prefeitura e a Empresas privadas citadas pelo Rodrigo, realmente atrasa todos os processos de licenciamentos solicitados pelos clientes. Outro ponto fundamental é a arborização urbana no qual também necessita de atenção, pois existem muitas arvores inadequadas plantadas em calçadas e que precisam ser substituídas.

Rodrigo Marchi informa novamente que, a elaboração dessa lei é fundamental, mas não poderá ser subjetiva, sendo necessário deixar o mais explícito possível.

Gilberto questiona para a Agda, se as próximas reuniões serão de forma online ou presencial, pois os próximos encontros poderão ser feitos no Parque Ecológico, considerando que este espaço tem todo o material que necessário que precisam, Agda informa que poderá ser presencial sim.


Walmir esclarece que, já foram realizados aproximadamente 1.128 Cadastros Ambientais Rurais, porém muitos produtores não tem conhecimento de como isso funciona, ao menos 300 propriedades já foram aprovados através do Aceite solicitado no sistema. Esses produtores muitas vezes precisarão executar uma compensação ambiental, e que, de acordo com a Lei de 2012, todos os precisam estar regularizados.

Guaraci questiona para Walmir se todos esses dados podem ser compartilhados e Walmir informa que não.

Agda questiona a todos, se poderá criar um grupo específico no Whats App junto com os ouvintes, onde será possível compartilhar todas as informações e todos concordam.

Agda questiona para Heloísa se responderam o Ofício a respeito do ICMS ECOLÓGICO, emitido pelo Conselho, mas Heloísa afirma que não e Gilberto informa que irá cobrar com o Secretário da Fazenda.

Não havendo mais nada a ser tratado, foi encerrada a reunião e a presente ata será votada na próxima reunião ordinária.

  
Agda Roberta Farias Frare  
PRESIDENTE

Guaraci M Diniz Junior  
VICE - PRESIDENTE

Heloísa Baldasso  
SECRETARIA